

UM OLHAR SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO - ECONÔMICO REGIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Fabrício Roberson da Silva Lima¹
Thais Jeani Baleeiro Praxedes²

RESUMO: Neste trabalho temos como objetivo Compreender aspectos socioeconômicos e como ele requer uma análise ao nosso contexto. E ainda analisar o nosso meio compreendido entre ações, fatores e fenômenos que nos influenciam fortemente, e um entendimento da qualidade de vida das pessoas, por meio da análise ou compreensão dos aspectos que envolvem as condições humanas, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Como condição para o desenvolvimento compreendemos ações no Brasil para eliminarmos fatores que contribuem a eliminar a pobreza, através de programas de ações sociais, de incentivo a educação, programas da saúde. Por meio de uma análise de bibliografia.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, aspectos históricos, socioeconômico.

ABSTRACT: In this paper we aim to understand socioeconomic aspects and how it requires an analysis to our context. And still analyzing our surroundings between actions, factors and phenomena that influence us strongly, and an understanding of quality of life, by analyzing and understanding the aspects concerning the human condition through the Human Development Index (HDI). As a condition to understand the development actions in Brazil to eliminate factors that contribute to eliminate poverty, through social action programs, to encourage education and health programs. Through an analysis of the bibliography.

Keywords: Development, historical, socio-economic

1.INTRODUÇÃO

Compreender aspectos socioeconômicos requer uma análise ao nosso contexto, e ainda analisar o nosso meio compreendido entre ações, fatores e fenômenos que nos influenciam fortemente. Pois devemos considerar a inserção no contexto social e ainda o olhar desprendido diante do que desenvolve, dos fatos e fenômenos que nos rodeia e ainda como estamos nos comportando diante de tais fatos, e como é visto por filósofos, juristas e estudiosos o tempo presente.

O Desenvolvimento socioeconômico tem como fator determinante a qualidade de vida das pessoas, para essa análise ou compreensão dos aspectos que envolvem as condições humanas o principal marcador para se perceber o desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano

¹ Cursando 4º Semestre, Bacharel em Ciências Contábeis, Faculdade do Pantanal-FAPAN

² Cursando 2º Semestre, Bacharel em Ciências Contábeis, Faculdade do Pantanal-FAPAN

(IDH).³ Neste índice compreendemos como análise de aspectos econômicos, sociais, políticos, cultural. A partir da caracterização relacionada ao lucro obtido.

Em se tratando de desenvolvimento o conceito ainda é tido como um processo de enriquecimento dos países e da população relacionada no ato de pesquisa. Todavia não garante lucro e investimento e menos ainda igualdade de uma população e até mesmo nação. A desigualdade de fatores de renda da população é preponderante.

Vivemos em um país marcado historicamente por intensas desigualdades sociais, regionais e locais. E caracterizado por índices alarmantes de miséria, taxas de analfabetismos, enfermidades que assolam a população e presenças de endemias das mais diversas que carregam alto custo econômico para o país que tem por obrigação constitucional amparar a população. E com este quadro em nosso país o objetivo presente é compreender historicamente como o desenvolvimento socioeconômico se estabelece no caso brasileiro, buscando abertura para um desenvolvimento sustentável e eficaz a exemplo de países de primeiro mundo.

O crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano; portanto, um requisito para eliminar a pobreza e construir uma vida mais digna. Nesse sentido, adverte que países em desenvolvimento como o Brasil não podem escolher entre crescer ou não, mas têm que necessariamente crescer.(OLIVEIRA,p.138,2010).

Como condição para o desenvolvimento compreendemos ações no Brasil para eliminarmos fatores que contribuem a eliminar a pobreza, através de programas de ações sociais, de incentivo a educação, programas da saúde. Embora não esteja ainda em condições suficientes para elevar os índices que determinam nosso desenvolvimento econômico social almejado.

ASPECTOS TEÓRICOS

Na Europa, reflexões referentes a desenvolvimento econômico ocorre de forma a avaliar os múltiplos aspectos das nações e esse tema esteve sempre presente na evolução do pensamento econômico. Ainda com o desenvolvimento industrial no século XIX da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha questões referentes a desenvolvimento tornam se interrogações e o que é observado em se tratando de desenvolvimento, ocorre no século XX com a taxa de desenvolvimento decaiu ao mesmo tempo em que surgia o confronto das nações liberais com o

³ Índice que avalia o Índice de Desenvolvimento Humano da população, de acordo com informações colhidas , é importante salientar que nesse ano o Brasil ocupou a 84ª posição com um IDH de 0,718.

rápido desenvolvimento da Rússia comunista. Então compreendemos as influencias nos fatores de desenvolvimento que envolve uma nação e influencia um continente.

As teorias voltadas para a compreensão do desenvolvimento econômico, através de John Maynard Keynes com a compreensão de que o Estado ao interferir na economia, com sua influencia no mercado de capitais, ou ainda criando empregos e oferecendo obras de infraestrutura e ou com a fabricação de bens de capital. Essas medidas então compreendem uma caracterização por serem em alguns lugares de curto-prazo. Alguns economistas reconhecem o desenvolvimento econômico quando taxas como a da produção nacional mostrassem tendência de crescimento a longo-prazo. E ainda de forma abrangente.

O pensamento Neoliberal em se tratando de aspectos econômicos de acordo com a Lei de Say, e cujos fundamentos já tinham sido esboçados em 1940 pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek. Para corrigir os problemas inerentes à crise, os neoliberais pregavam a redução dos gastos públicos e a desregulamentação, e desenvolve então as multinacionais através de empresas com recursos suficientes para investir em praticamente todos os setores de todos os mercados em todos os cantos do mundo e então as empresas multinacionais ou transnacionais.

Na década de 70 alguns economistas brasileiros afirmavam a necessidade do crescimento e ainda compreendiam que “o bolo tinha que crescer antes de poder ser distribuído”, mas que um rápido crescimento econômico mudaria este país e levaria junto ao desenvolvimento os pobres e ajudaria a resolver, quase automaticamente, os problemas sociais do Brasil.

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento .(Scatolin 1989, p.06)

Evidenciam então que o crescimento beneficiou os pobres, em algum aspecto, pois a maioria dos brasileiros conviveu, sentir os ares de desenvolvimento em alguma etapa do crescimento econômico real. Ainda devemos avaliar todo este desenvolvimento pois é visível que os sujeitos com um capital maior. Ou os ricos foram enormemente maiores o seu desenvolvimento econômico do que os dos pobres, em muitos aspectos. Embora nas estatísticas observadas sobre crescimento econômico disponíveis deixem espaço considerável para debates

sobre algumas questões da distribuição de renda (Pfeffermann & Webb, 1979), é indiscutível que a renda no Brasil foi distribuída de modo extremamente irregular desde o período analisado nos anos 60 e ainda assim permanece até os nossos dias.

Seguindo nossas análises em se tratando dos anos de 1978, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) mostrou que, nesse ano, 43% das famílias brasileiras tinham uma renda total menor de dois salários. Embora os dados publicados para 1978 não permitam estimativas precisas, é provável ainda que os 10% de famílias mais ricas recebessem acima de 50% da renda, como mostrado por todas as pesquisas ou censos oficiais a partir de 1960.

UM POSSÍVEL CENÁRIO BRASILEIRO

Através do regime militar s que tomaram o poder em 1964 e optaram por dar ao crescimento econômico prioridade sobre o desenvolvimento social. Após um período de reforma e estabilização econômica, durante o qual o desempenho do crescimento foi sem brilho, de 1968 a 1973 o PIB *per capita* do Brasil cresceu a uma taxa média de mais de 8%, quase o dobro da taxa já de todo o período, desde a II Guerra Mundial. E então temos uma nação que com rapidez se desenvolve nos aspectos econômicos.

Só em 1973, com a inflação acelerada o crescimento entra em desalinho, pois compreendemos que nos últimos 15 anos, os aspectos da economia brasileira foi superior ao de qualquer outro país da América Latina em termos de crescimento do PIB. O PIB real cresceu a 8,5% (5,5% *per capita*), alcançando o equivalente a mais de US \$230 bilhões em 1980 (aproximadamente, US\$1.940 *per capita*), e temos assim uma economia considerada como a décima maior do mundo, num total aproximadamente igual àquelas da República Popular da China ou do Canadá. O Brasil é também o décimo maior produtor de veículos automotivos, o terceiro maior exportador agrícola e é tido como o sétimo maior exportador de armamentos. Característica de um país em pleno poder de desenvolvimento financeiro e na organização do seu território nacional.

Compreendemos a análise da meta nacional, compartilhada pelas elites militares e civis dominantes nesse período da década de 70, a qual era construir no Brasil uma economia moldada naquela das nações industriais ocidentais em se tratando de uma economia forte. Por meio de desenvolvimento através da utilização de uma tecnologia moderna, e assim pudessem vir aqui

para o Brasil, para implantar não apenas novos desenvolvimentos mas um rumo novo a todo o povo. Estas características chegam nos grandes centros do país e no seu interior com a chegada da capital a uma região considerada longínqua, e distante do litoral. Zona caracterizada como a mais desenvolvida neste país.

E então o País adota tecnologia. Não podemos tratar de desenvolvimento sem citar as tecnologias que também envolviam frequentemente escolhas que podiam, com o benefício da visão retrospectiva, ser chamadas de erros, ou ainda com a construção de um sistema de transporte que depende essencialmente de automóveis e caminhões particulares. Fica evidente que ao interior chegariam estradas para o desenvolvimento quando poderia ter sido melhor em termos de equidade, mais barato, em termos de custo, investir em sistemas de transporte urbano de massa, ferrovias e instalações para embarcações costeiras, e ainda embarcações que envolvessem os rios brasileiros. Tantos são os rios navegáveis e pouco a sua utilização. São situações que esbarram em leis e regimentos para a navegabilidade dos rios.

Embora a criação de um sistema de transportes desenvolvido no país, por meio de expectativas de preço razoável do petróleo naquela época ou ainda impostos e alternativas de créditos e seus devidos foram direcionados aos ricos e a uma parcela da classe média. Cujo resultado disso, seja um consenso geral que os incentivos para investimento em bens de capital eram tão grandes que as firmas escolhiam muitas vezes técnicas de produção automatizadas em vez daquelas intensivas em mão-de-obra barata a esta realidade de possível desenvolvimento do país. Então o desenvolvimento não é equivalente neste período da história.

Enquanto que no período de 1960 a 1978, o crescimento econômico compreendido como rápido expandiu o número de empregos com remuneração acima de um salário mínimo, a nível de preços de 1970 com o que alguns economistas percebem em quase o dobro da velocidade de crescimento da população em idade de trabalho, mas cerca de 30% mais lentamente que o crescimento do PIB⁴.

No ano de 1978, os empregos aqui no Brasil eram ocupados por cerca da metade da força de trabalho empregada, pois se compararmos com um terço do ano de 1960. Contudo, os empregos com remuneração acima de um salário mínimo ocupados por operários semiqualeificados (com quatro ou menos anos de escolaridade) cresceram com cerca de um terço

⁴ Produto Interno Bruto é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo

de aumento daqueles ocupados por operários com cinco ou mais anos de educação formal, 40% da velocidade de aumento do PIB e apenas ligeiramente mais rápido que a população em idade de trabalho.

Entre 1973 e 1976, o emprego total de adultos (de 20 anos para cima) fora do setor agrícola cresceu em 4,4% ao ano, enquanto o crescimento do PIB era de 8,1%, em média. Todas as informações referentes a emprego segue a nossa compreensão que o desenvolvimento esta diretamente ligado a nosso total de pessoas em atividade que geram renda. E principalmente são pessoas que geram lucros, ainda que considerados a um grupo pequeno que toma parte nesse bolo do lucro brasileiro. Situação que se agrava com o passar dos anos e até hoje ainda nos demonstra o crescimento pela força do trabalho e pela distribuição irregular da renda brasileira, e ainda o desenvolvimento sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável é parte da compreensão do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. E a pode ser dividido em temas, o primeiro nos remete a preservação da natureza; Seguido do desenvolvimento da administração (gerenciamento) e da ciência ecológica nos trópicos; E considerado como tema o ambientalismo e crise global; E ainda temos a ecologia global, conservação e meio ambiente; Finalizado por ambientalismo global.

O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano.(OLIVEIRA,2002,p.43)

Temos cinco dimensões de sustentabilidade para pensarmos o desenvolvimento econômico diante também de dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural. São dimensões pensadas para diminuir tanto o impacto ambiental quanto o distanciamento entre as classes sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento humano é compreendido como a oportunidade de ampliação das escolhas, realizadas pelas pessoas em função do meio social na qual estão inseridas, portanto as escolhas conduzem os caminhos dos sujeitos e estas são influenciadas pelas políticas públicas e influências do meio social do cidadão.

O desenvolvimento no caso brasileiro é determinado pelas políticas públicas vigentes, que transitam entre favorável e pouco favorável aos cidadãos. E ainda somos influenciados por nossa economia que oscila e ainda estamos sujeitos a mudanças de acordo com o comportamento dos gestores deste país, e seus atos de governo.

Discutir desenvolvimento humano e compreender seu crescimento devemos compreender ainda a necessidade de termos no país um Produto Interno Bruto, também com desenvolvimento econômico em alta. Podemos ainda perceber o crescimento do consumo para o desenvolvimento, envolvendo o aumento do padrão de vida das pessoas.

Para termos um desenvolvimento efetivo e de qualidade a todos é preciso pensar em melhorias nos múltiplos aspectos e que envolva a todos de todas as camadas sociais e de todos os grupos sociais, há a necessidade de que o cidadão tenha uma qualidade de vida mínima, fazendo com que se tornem cidadãos dignos, com moradia, educação, saúde e emprego, para ai então pensar em desenvolvimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEMO, Pedro. A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GALVÃO, Antonio Carlos F. Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- MESTRINER, Maria Luíza. O estado entre a filantropia e a assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças;
- SCATOLIN, Fábio Dória. Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.
- VALADÃO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). Renda mínima e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Maria Ozanira. O Bolsa Família no enfrentamento a Pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez, 2008.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.